



## ST5. HISTÓRIA E IMPRENSA A CULTURA E A POLITICA NO BRASIL DO SÉCULO XX

279

### “MULHER MAGISTRADO” UMA ANÁLISE HISTÓRICA E DE GÊNERO (A UNIÃO, 1957)

Sabrina R. Bezerra<sup>1</sup>

**Resumo:** O uso dos jornais como fonte para o desenvolvimento de trabalhos de história no Brasil tem início na década de 1970, mesmo que de maneira tímida e sem muita problematização. O uso desse tipo de fonte se faz importante para percebermos como os discursos trazidos por esse meio de comunicação expõe modelos de representação que nos dão base para investigação em um vasto campo de temáticas. Os textos publicados no Jornal *A União*, na Paraíba, durante o ano de 1957, nos chama a atenção por conter discursos que nos revelam questões da época quanto à chegada de uma mulher a um cargo tão importante na sociedade, a magistratura. Nosso trabalho busca, pois, compreender as representações de gênero, centradas em uma única personagem, a primeira juíza do Estado da Paraíba, permitindo-nos levantar problemáticas acerca das relações de poder e de gênero, com base em nossa fonte periódica cedida para uma exposição em 2013 no TRE/PB pela própria personagem.

**Palavras-Chave:** Relações de Gênero, Poder, Jornal, Primeira Juíza da Paraíba.

### INTRODUÇÃO

A história Cultural nos possibilita pensar a cultura de maneira variada, como já nos alertava Peter Burke no livro *Varietades de História Cultural* (2011). O autor alerta para o problema que a história cultural sofre na atualidade: “resistir a fragmentação” da cultura “sem voltar a homogeneidade”. A fragmentação cultural excessiva deve ser evitada, assim como tratar uma determinada comunidade como homogênea culturalmente é um erro cometido na fase clássica da história cultural<sup>2</sup>. Portanto, pensar a história através do viés cultural demanda um esforço maior para o historiador, mas também possibilita refletir sobre o processo cultural com mais afinco e interdisciplinaridade, percebendo que não existe uma cultura, mas culturas, no plural, que se subdividem no seio da sociedade.

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em História na UFPB e concluinte do Bacharelado em Direito pela UEPB.

<sup>2</sup> Ver Burke, a respeito da discussão sobre história cultural Clássica e seus autores, assim como o conceito de cultura homogênea que esta trazia, destacado como fragilidade teórica pelo historiador.

Nesse sentido, podemos pensar a obra do historiador Marc Bloch, *O ofício do historiador* (2001)<sup>3</sup> como alternativa para construção desse tipo de pesquisa na história, pois Bloch recomendou ir além das fontes oficiais, do que o presente nos ofertava, sendo preciso ir além, no sentido de escavar novas fontes, perceber nas entrelinhas as perspectivas que levam a entender como a variedade cultural acontece e é praticada. Dentro dessa perspectiva historiográfica, tendo como objeto de pesquisa as mulheres, temos a obra da historiadora Joana Maria Pedro que, em seu artigo, *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica* (2005) traz um debate sobre as principais discussões em torno das categorias gênero, mulher, mulheres e sexo. Neste artigo, encontramos ainda destaque para a historiadora Maria Odila Leite da Silva<sup>4</sup> a respeito da pesquisa histórica com mulheres, Pedro parafraseia sua colega e então nos afirma que:

...o que tornava difícil a história das mulheres era a ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica destas. E a proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio a abundante cascalho. Tem sido desta forma que inúmeras pessoas tem escrito a história das mulheres.<sup>5</sup>

A história cultural francesa, junto com os *Annales*, grupo do qual Bloch fez parte na primeira geração, trouxe a possibilidade de trabalhar com diversas temáticas, fontes e objetos antes marginalizados, como as crianças, os negros, a vida privada, a sexualidade, as mulheres, as relações de gênero, o poder, diários, cartas, imagens, magia, entre tantas outras coisas. No campo dos estudos femininos a primeira empreitada foi a história das mulheres, para só depois a categoria gênero ser utilizada. Com base nisso, segundo Maria Izilda S. de Matos, no artigo *Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea* (1998) tais estudos induziram:

...a descoberta de “outras histórias”, vêm favorecendo a incorporação da abordagem de gênero na área. Por outro lado, esses trabalhos têm contribuído de modo significativo para a renovação temática e metodológica, ampliando e renovando marcos conceituais tradicionais.<sup>6</sup>

Nosso estudo, portanto, se utiliza da categoria de análise gênero, no intuito de perceber, através de matérias de jornais, como foram constituídas as relações de gênero na Paraíba, no campo judicial, com a primeira mulher a entrar em um cargo considerado masculino e de poder, a magistratura.

O jornal, por muito tempo, foi considerado uma fonte de verdade e de complementação de informações. Após os anos de 1970 é que esse objeto muda de perspectiva nas reflexões dos historiadores, pois nesse período estava também acontecendo no mundo debates sobre as mudanças de paradigmas na história, ou seja, sua quebra com a forma positivista de pensar a pesquisa histórica, trazendo uma

<sup>3</sup> A presente obra e autor apesar de terem um distanciamento temporal do que aqui discutimos como Nova história cultural, mas deve-se levar em conta que Bloch é um clássico nos estudos culturais empreendidos pelos *Annales*, tendo sido líder dessa primeira geração que junto com as outras influenciou no que foi chamado de “nouvelle historie”.

<sup>5</sup> PEDRO, JOANA MARIA. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N.1,p.77-98,2005.p.85. Pedro faz essa reflexão com base na obra de Maria Odila, portanto é recomendável ver a obra para um possível aprofundamento.

<sup>6</sup> MATOS, Maria Izilda S. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.67-75. p.67.

abrangência de temas e fontes. Ao romper com uma história que busca a verdade absoluta, a representação do real no passado, a Nova história cultural inspira a tentar buscar nas entrelinhas ir além do que é apresentado. E é nessa perspectiva que pretendo explorar os jornais. O jornal, neste caso, sai da posição de uma fonte de verdade e passa a ser forma de representação na construção de uma cultura, lugar e tempo.

É nesse sentido que vou explorar o conceito de representação, dando ênfase a construção de lugares e indivíduos no passado não como um reflexo do real, mas como criação em detrimento de interesses de determinados grupos.

Antes de descrever nossa personagem, ainda é preciso deixar claro o debate em torno do surgimento de algumas categorias, como o uso da palavra mulheres, ao invés de mulher, apesar de trabalhar com uma única mulher, mas deve-se ter em mente que não se pode falar de relações de gênero tendo como ponto de partida uma identidade única para o binarismo mulher/homem, pois o gênero, como nos afirma Joana Maria Pedro, nasce no movimento feminista de “segunda onda”, como também dentro dessa segunda onda nasce a categoria “mulher”, que tem como objetivo universalizar a identidade feminina. A impossibilidade dessa empreitada logo aparece, e é aí que a categoria gênero surge definitivamente, pois é preciso perceber que há diferenças dentro da diferença. Além do binarismo feminino/masculino, é preciso entender que existem dentro do feminino e do masculino diferenças, que são parte de uma cultura, também variada.

Não existe apenas um tipo de mulher ou uma cultura homogênea. Mulheres negras, brancas, ricas, pobres, mães, casadas, solteiras, estudantes, domésticas, professoras, juízas. Estas mulheres vivem e se percebem de maneira totalmente diferente, inclusive no que diz respeito a construção das relações de gênero. A exemplo disso, temos o que Pedro nos destaca:

Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam. Não consideravam, como fez Betty Friedn na “Mística Feminina”, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma “libertação”. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O Trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais.<sup>7</sup>

Nesse sentido, os estudos culturais servirão de base para trabalhar com essa categoria de estudo na história, o gênero, pois não se trata de inseri-lo na história, mas sim, como nos afirma, Joan Scott, “saber que estabelece significados para as diferenças corporais”,<sup>8</sup> ou seja, a história acaba sendo um campo de saber que constrói essa diferença no tempo, apontando papéis e formas de se relacionar na sociedade, assim como o saber médico define padrões de comportamento e sexualidade. Dentro dessa perspectiva é que encontramos as relações de poder, as quais discutirei um pouco mais a frente.

## **PENETRANDO A MAGISTRATURA**

A primeira mulher a ocupar um cargo essencialmente masculino e de poder social na Paraíba foi Helena Alves de Souza, moça pertencente a uma família cujo pai era barbeiro e a mãe dona-de-casa. Sonhava em cursar Direito, mas não tinha meios financeiros para se deslocar até o Estado do Pernambuco, lugar onde foi fundado, no

<sup>7</sup> PEDRO, JOANA MARIA. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005. p. 82.

<sup>8</sup> PEDRO, 2005 *apud* SCOTT, 1990, p.13.

Brasil, o primeiro curso de Direito, situado na cidade de Olinda em 1827. Helena esperou pela chegada do bacharelado na Paraíba, e em 1951 entrou na primeira turma de Direito do Estado. A primeira turma de bacharéis paraibanas (os) era composta por quatro mulheres e um número bem superior de homens, entre elas Helena Alves de Souza, que mesmo após ter realizado seu sonho de concluir tal curso ainda desejava ser Magistrada em um lugar onde só existiam Magistrados.

Nossa personagem nos possibilita fazer uma reflexão por meio da micro-história, este que é um método da historiografia italiana inaugurado em 1970, o qual tem como obra mais difundida a do historiador Carlo Ginzburg, no livro *O queijo e os Vermes* (1987). A opção de fazer um estudo do passado através de um único sujeito nos traz a chance de observar, por meio de uma ótica micro, relações macro da história, como no caso que estamos estudando, pois nossa personagem é representada pelo jornal *A União*, em algumas matérias sobre como o chamado sexo frágil assumir determinados lugares sociais. Isso traz a chance de observar como ocorria a dinâmica das relações entre os binarismos feminino/masculino no mundo jurídico com a entrada de uma mulher em seu meio, antes impenetrado.

Em 1956, pouco tempo depois de concluir o curso de Direito, Helena prestou concurso para a magistratura, porém não obteve êxito até que, em 1957, Helena fez sua segunda tentativa e conseguiu introduzir-se no cargo de Juiz de Direito do Estado da Paraíba. O uso da palavra Juiz era dito no masculino, pois como não havia mulheres na carreira judicante até aquele momento, esse era um trabalho de ordem fundamentalmente masculina. O uso dos jornais como fonte dessa pesquisa é fundamental, pois através de matérias do jornal *A União*, que foram disponibilizadas pela própria magistrada, abre-se a possibilidade de problematizar os discursos do passado em torno dessa notícia e perceber as representações das relações de gênero no Estado da Paraíba em meados dos anos de 1950, no campo jurídico, através desses jornais.

Para realizarmos tal tarefa, escolhemos três matérias: *Teremos uma Mulher na Magistratura?* publicado em 29/09/1957, *A Mulher e a Toga*, publicado em 13/10/1957 e *Mulher Magistrado*, publicado em 20/10/1957, este último que está presente no título desse trabalho e que não era original do referido jornal, mas que foi transcrito de outro Jornal, chamado *O Norte* e publicado pela *A União*. Não identificamos o autor, pois se trata de um recorte de Jornal, que foi exposto no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e que faz parte do acervo pessoal de Helena.

Essas três matérias chamaram a minha atenção, pois nelas se encontram fragmentos de discursos que possibilitam fazer um exercício de reflexão através da categoria gênero, onde observaremos a construção dessas relações historicamente a partir do nosso recorte temporal que é o ano de 1957. O fato de uma mulher chegar a ocupar tal cargo na sociedade por si só já nos traz uma questão importante que é perceber como funcionava, em 1957, as relações de gênero no meio social em que estava inserida nossa personagem? E se a ascensão da mulher ao mercado de trabalho era vista como ameaça ao mundo masculino?

A história das mulheres já provocava essas questões em seus estudos, feitos por autoras e autores estrangeiros e brasileiros, a exemplo disso temos trabalhos como *Minha história das Mulheres* (2008), *As Mulheres ou os Silêncios da História* (2005) ambos de Michelle Perrot, *Do cabaré ao lar*, de Margareth Rago (1985), entre tantas outras autoras e trabalhos.

Portanto, iniciarei uma análise das relações de gênero quanto a uma profissão específica, destacando no trabalho da história das mulheres precursoras nas problemáticas de relações de trabalho, pois o gênero foi uma categoria que surgiu a

posteriori e que tais historiadoras das mulheres se apropriaram também para construção da história de tal categoria.

Partindo dessa premissa, seria conveniente compreendermos o sentido etimológico da palavra gênero, para depois discutirmos. A saber, palavra gênero no sentido antropológico segundo o dicionário on-line Caldas Brandão<sup>9</sup>:

Antr. A forma que a diferença sexual assume, nas diversas sociedades e culturas, e que determina os papéis e o *status* atribuídos a homens e mulheres e a identidade sexual das pessoas.

Esses papéis pré-determinados já foram trazidos pela estudiosa Joan Scott, que define o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”<sup>10</sup>

Destaque-se as “relações de poder”, essa ênfase que Scott traz ao poder vindo de uma influência dos estudos do filósofo Michel Foucault, que teve uma grande e difundida obra sobre a análise das relações de poder na sociedade. Ao trazer esse diferencial para a categoria gênero, Scott tornou possível fazer um estudo histórico sobre as relações de gênero dentro de uma teia de poder. Percebendo como as mesmas eram concebidas historicamente, além de abrir um leque de possibilidades para reflexão sobre como os papéis de poder foram constituídos na sociedade através da divisão sexual.

Para Margareth Rago o gênero se define como: “construção social e cultural das diferenças sexuais<sup>11</sup>.” Tal definição coloca como alternativa pensar a categoria gênero no desenvolvimento de estudos empíricos sobre homens ou mulheres ou, além do binarismo, as diferentes mulheres e os diferentes homens como sujeitos concebidos, imaginados, criados dentro de uma sociedade, tempo e cultura específica, possibilitando fazer uma reflexão que introduza ao menos um debate sobre os papéis que ocupam os indivíduos no meio em que vivem e como surgem as diferenças. E, principalmente, para quê?

Passemos ao objeto empírico de que trato nessa pesquisa. A primeira matéria que quero destacar é: *Teremos uma mulher na magistratura?* Já começa com uma questão. O próprio título da matéria nos revela o estranhamento por uma mulher ousar querer tal cargo que a matéria mais adiante não poupa de nos expor ser masculino. Para além de perceber o lugar masculino na Paraíba quanto ao cargo de Juiz, deve-se dar atenção a penetração de Helena nesse cargo e como os homens “públicos” percebem tal introdução e quais estratégias eles usam para manter tal cargo como um cargo de homem.

Há alguns meses causou sem ressonância nos nossos meios jurídicos o desejo da mulher paraibana envergar a toga.<sup>12</sup>

Não há motivos, pois, para que eu desista da minha justa pretensão. Em outros Estados há mulheres que envergaram a toga, sabendo bem servir à Justiça.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> <http://www.aulete.com.br/g%C3%AAnero> Acessado em 18 de julho de 2014 as 12h e 23 minutos.

<sup>10</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez,1990. p. 14.

<sup>11</sup> RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.11, pp. 89-98, 1998. p.89.

<sup>12</sup> *Jornal A União*, Teremos uma mulher na magistratura?, publicado em setembro de 1957. Não identificamos o autor da matéria.

O primeiro fragmento retirado foi escrito pelo autor da matéria, este que não consegui identificar, pois o jornal trata de um recorte que faz parte de um acervo pessoal. Porém, torna-se perceptível como nas palavras “envergar a toga”, presente nos dois fragmentos, inclusive no segundo que se trata da fala de Helena, é possível perceber o elemento sexual como símbolo da carreira judicante. A mulher enverga a toga, por se inserir nesse meio profissional, sendo então perceptível um discurso de gênero baseado em um saber da diferença sexual enquanto biológica e que, ao mesmo tempo, não deixa de ser cultural, pois se trata de uma profissão.

Voltemos nossa atenção para a frase contida no jornal, que destaca o fato de uma mulher, ao tentar entrar para o judiciário, não ter ressonância. Percebam que tal afirmativa tenta deslegitimar a segunda tentativa de Helena, esta que é alvo das matérias em 1957. O autor planta a dúvida que ela venha a conseguir entrar em tal carreira, logo depois lança para justificar seu discurso o saber médico difundido no século XIX, que trata a mulher como inferior ao homem dentro da lógica biológica. Portanto, nesse fragmento encontramos mais que uma desconfiança, encontramos uma estratégia de manter o lugar masculino impenetrável na magistratura.

No segundo fragmento, Helena defende sua pretensão a profissão, apoiando-se nos exemplos de outras mulheres que alcançaram tal cargo. Mas, percebam que Helena usa como estratégia para criar credibilidade o fato dessas outras terem “servido” bem ao judiciário. De maneira consciente ou não, essa palavra não é usada a toa na fala da nossa personagem. O fato de colocar outras mulheres como boas servidoras da magistratura pode ser entendido como estratégia para adentrar o meio masculino profissional através de um discurso de sujeição ou submissão às regras do mundo jurídico. O que nos leva a indagar, trata-se da construção de uma igualdade de gênero? Ou de assumir o papel, discurso e postura masculina para adentrar tal mundo?

O saber que cria a diferença sexual e corporal, o qual já foi citado mais acima pela historiadora Joan Scott e também está presente no fragmento do jornal que destacamos, é entendido nesta pesquisa como “dispositivo sexual”. Este que Foucault vem a alertar em seu *volume I da História da Sexualidade, A vontade de Saber (1988)*<sup>14</sup>. Nesse trabalho, o filósofo nos aponta que existe uma vontade de saber, a qual cria discursos de verdade que impõem uma condição de vida e comportamento social. O “biopoder” age de maneira política sobre os corpos, disciplinando-os, deixando-os dóceis.

No livro *A ordem do Discurso (1999)* Foucault nos explica que essa vontade de saber produz uma vontade de verdade que faz com que se difunda um conhecimento inquestionável através dos discursos que servem como ferramentas de controle.

A reflexão que estamos fazendo sobre o poder na perspectiva de Michel Foucault é de grande utilidade para usarmos na categoria gênero como forma de análise no nosso trabalho, pois compreendemos que o gênero constitui a diferença, esta que se regula por um saber, e este último que age como “dispositivo sexual” de poder e controla os corpos no meio social, nas suas ações e escolhas.

A magistratura, em meados dos anos 50, na Paraíba do século XX, era um cargo masculino, embora não tão bem remunerado, segundo os jornais da época. Mas, um cargo que cumpria uma função social de poder, de julgar, de manter uma ordem social. E isso para uma mulher era apresentado como um papel completamente diferente do qual estas estavam submetidas na sociedade.

<sup>13</sup> Helena expondo sua opinião ao jornal sobre o desejo de ser magistrada. Jornal *A União*, Teremos uma mulher na magistratura?, publicado em setembro de 1957. Não identificamos o autor da matéria.

<sup>14</sup> Ver capítulo V desse livro, “Direito de morte e poder sobre a vida”.

Na matéria *A mulher e a Toga*, publicada em 13 de outubro de 1957, escrita por Aurélio de Albuquerque traz o seguinte fragmento:

...a magistratura requer certos requisitos especiais de energia, de coragem pessoal de atividade, qualidades que a maioria das Evas não pode possuir.<sup>15</sup>

O saber científico fica claramente exposto nesse primeiro parágrafo, saber esse que determina papéis, lugares, posições, trabalho e competências. Saber histórico, pois é através do tempo que esses papéis sofrem mudanças e permanências. Em meados dos anos de 1950 na Paraíba esse saber era uma permanência que agia como limitador ou até intimidador para entrada do outro sexo (feminino) na esfera da carreira de magistrado.

O estranhamento e a dúvida que as matérias até agora nos vem mostrando só ratificam a ideia que Scott alerta para perceber “como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas<sup>16</sup>”. Como também através da reflexão que Rago nos aponta em seu artigo, *Descobrimo historicamente o gênero*, (1998):

...passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas, sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.<sup>17</sup>

A partir da reflexão que Rago faz, podemos analisar nosso recorte de jornal percebendo que o saber médico do século XIX é utilizado, mas torna-se importante observar que esse saber é uma permanência que criou um sistema de pensamento masculino sobre uma profissão que define diferenças sexuais como qualidades ou limitações para exercê-la, e que isso acontece historicamente, através das experiências que os sujeitos vivem em seu tempo.

Ainda na mesma matéria temos tal fragmento para análise:

Vamos pois, aguardar a ação da mulher- Juiz ou do Juiz-mulher, o que vem ser, afinal a mesma coisa. Se a candidata à comarca de Coremas aprovar os prosélitos da mulher-magistrado hão de dizer que a razão estava com eles. Mas se a bacharela fracassar então os que são contrários às Evas na função judicante meio irônicos e convencidos, hão de bradar com ênfase: bem que dizíamos que a mulher não nasceu para isto!...<sup>18</sup>

O uso de palavras no masculino é uma clara estratégia de manter o lugar masculino a salvo. A mulher pode entrar no judiciário, mas para isso assumirá o papel masculino. A dúvida exposta nas linhas adiantes sobre o desempenho feminino permite problematizar através do gênero como os papéis sociais são construídos e simbolizados. A educação feminina nunca foi tida como para o trabalho público e de poder, mas para

<sup>15</sup> Fragmentos extraídos do jornal *A União*, publicado em 13/10/1957, intitulado: A Mulher e a Toga, escrito por Aurélio de Albuquerque.

<sup>16</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez,1990. p. 14.

<sup>17</sup> RAGO, Margareth. *Descobrimo historicamente o gênero*. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.11, pp. 89-98, 1998. P.93

<sup>18</sup> Fragmentos extraídos do jornal *A União*, publicado em 13/10/1957, intitulado: A Mulher e a Toga, escrito por Aurélio de Albuquerque.

o lar e as tarefas do mundo privado. No máximo, para o magistério. Portanto, a ousadia de Helena em querer alcançar tal cargo faz com que os autores do citado jornal respondam com dúvidas e desafios para a candidata superar por ser uma mulher. A saber,

A inscrição dessa jovem naquele concurso merece registro especial porque indica que se está esperando sensível modificação na mentalidade feminina da nossa terra, visto que até bem pouco tempo as moças que se formavam em direito ingressavam invariavelmente no magistério por julgarem que não havia possibilidade de êxito em funções de magistrado público de maneira que não se sabia se algumas delas tinha vocação para difícil ciência de julgar.<sup>19</sup>

Neste último fragmento, percebemos que o autor destaca a mudança de pensamento da mulher, por querer entrar na magistratura, ao mesmo tempo que lança dificuldades por esta ser uma tarefa considerada por ele como “difícil” para as mulheres ou para os homens também.

Por fim, este é um trabalho que faz parte de uma obra maior que se encontra em processo de desenvolvimento, que é minha dissertação de mestrado, na qual o uso da categoria gênero é usada para problematizar a experiência de vida de Helena e de mais duas mulheres do direito, pioneiras em seus cargos e fazendo parte do mesmo recorte temporal que Helena. Destaco que as fontes para essa pesquisa não são apenas jornais, mas também entrevistas e outros documentos pessoais ainda por colher. O intuito desse trabalho foi fazer um primeiro exercício teórico e metodológico de problematizar algumas das matérias do Jornal que possuímos e possibilitar uma reflexão histórica sobre as relações de gênero e poder através de uma única personagem, observando essa microrrelação de gênero para construirmos um debate histórico do gênero na Paraíba e no mundo judicante.

## REFERENCIAS

### FONTE:

Jornal *A União* de 1957, cedido em exposição no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba em 2013, por Helena Alves de Souza.

## BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Prólogo, Jacques Le Goff; Apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.

BURCK, Peter. **Variedades Culturais**.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Tradução, Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.,2005.

<sup>19</sup> Fragmento extraído da Matéria do jornal *A União*, publicado em 20/10/1957, intitulado como *Mulher Magistrado*, atente-se para o fato dessa matéria ter tido origem em outro jornal, este que o foi *O Norte*, citado no final da transcrição que *A União* fez. Não identificamos o autor.



GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: O uso dos prazeres.** Tradução, Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Tradução, Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MATOS, Maria Izilda S.de. **Estudos de Gênero: Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea.** *Cadernos Pagu*, Campinas SP; (11), p.67-75, 1998.

PEDRO, JOANA MARIA. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005.

RAGO, Luzia Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero.** *Cadernos Pagu*, Campinas SP;(11), pp. 89-98, 1998.

\_\_\_\_\_. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez,1990.